

APORTES DO CONCÍLIO VATICANO II PARA A RELAÇÃO ENTRE IGREJA E POLÍTICA NO ATUAL CONTEXTO SÓCIORELIGIOSO MARCADO PELA CRESCENTE INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA DO DOMÍNIO

CONTRIBUTIONS OF THE SECOND VATICAN COUNCIL TO THE RELATIONSHIP BETWEEN CHURCH AND POLITICS IN THE CURRENT SOCIO-RELIGIOUS CONTEXT MARKED BY THE GROWING INFLUENCE OF THE THEOLOGY OF DOMINION

*Marcelo Vinicius da Costa Souza**

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfico-qualitativa mediante a qual se analisou a relação entre Igreja e Política à luz do Concílio Vaticano II frente à crescente influência da Teologia do Domínio no contexto socioreligioso nos dias atuais. O trabalho investiga a relação da Igreja com a Política, partindo da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Compreendeu-se a partir dos documentos conciliares como deve acontecer e no que consiste essa relação, tendo em vista a crescente influência da Teologia do Domínio (TD). A pesquisa chegou à compreensão de que a TD apresenta a política como algo a ser vencido e um meio instrumental para dominar por meio de sua ideologia. Enquanto o Concílio Vaticano II aponta a política como um meio de evangelizar por meio da verdade evangélica, desde os políticos aos outros cidadãos, desejando sempre pelo diálogo e ajuda mútua, o bem comum de todos na liberdade, visando à realização individual e social de cada ser humano.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Teologia do Domínio. *Gaudium et Spes*. Igreja. Política.

Abstract: This study is the result of a bibliographic and qualitative investigation that analyzes the relationship between the Church and politics in light of the Second Vatican Council, in the face of the growing influence of Dominion Theology within today's socio-religious context. The research examines the Church's engagement with politics, beginning with the Pastoral Constitution *Gaudium et Spes*. Based on the conciliar documents, it seeks to understand how this relationship ought to occur and what it fundamentally entails, given the increasing influence of Dominion Theology (DT). The study concludes that DT presents politics as something to be conquered and as an instrumental means for ideological domination. In contrast, the Second Vatican Council understands politics as a means of evangelization grounded in evangelical truth, directed toward politicians as well as other citizens, always oriented toward dialogue, mutual assistance, and the common good of all in freedom, aiming at the personal and social fulfillment of every human being.

Keywords: Second Vatican Council. Dominion Theology. *Gaudium et Spes*. Church. Politics.

Introdução

Inicialmente, o contexto histórico-social que surge o Concílio Vaticano II é o da secularização, a qual se apresenta com o avanço da tecnologia, das ciências, das revoluções e guerras, bem como os conflitos políticos, sociais, econômicos, acarretando assim em uma mudança nas condições de vida e, numa transformação social e cultural (CONCÍLIO

* Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco e Bacharelado em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: marcelo.00000845556@unicap.br

VATICANO II, 1965, n. 4-7).

Dessa forma, a Igreja, percebendo todas as mudanças sociais, econômicas, culturais e a mentalidade do homem moderno, deseja iluminar, sustentar e consolar a sociedade por meio do Evangelho, a qual se encontra em desenvolvimento constante. Sendo assim, “as descobertas admiráveis do gênio humano e os progressos da ciência de que hoje desfrutamos” (SESBOUÉ E THEOBALD, 2006, p. 392), levam a Igreja a dialogar com o mundo e com o homem de hoje, para “olhar o presente, para as novas condições, para as formas de vida do mundo moderno, que abriram novos caminhos ao apostolado católico” (JOÃO XXIII/PAULO VI, 1964, p. 62 *apud* SESBOUÉ E THEOBALD, 2006, p.392) e assim levar a verdade do Evangelho, discernindo por meio dos sinais dos tempos, nos acontecimentos, quais as exigências e inspirações do homem moderno (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 11).

Desse modo, a Igreja, por meio do Vaticano II, percebe que a secularização traz para ela novos desafios para serem superados no que se refere à sua relação com a modernidade que emerge, como aponta Habermas (2007, p. 25-26), dizendo que “a secularização cultural e social seja entendida como um processo de aprendizagem dupla que obriga tanto as tradições do iluminismo quanto as doutrinas religiosas a refletirem sobre seus respectivos limites”.

Assim, o Concílio Vaticano II, por meio da *Gaudium et Spes*, mostra uma nova atitude da igreja, sua abertura ao mundo, dialogando com este e revendo suas formas de levar o Evangelho, pois “os problemas do mundo são da Igreja porque são os problemas colocados à sua missão evangelizadora” (PALÁCIO, 2001, p. 37).

No que diz respeito à relação da Igreja com o mundo, percebe-se que a mesma tem sua origem “no amor do eterno Pai, foi fundada, no tempo, por Cristo Redentor, e reúne-se no Espírito Santo” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 40), mesmo tendo sua finalidade nos bens celestes, foi ela “constituída e organizada como sociedade neste mundo” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 40). Assim, a Igreja construída no amor neste mundo compreende que sua missão é que cada membro, como também toda a comunidade do gênero humano, possa ajudar para que a humanidade seja mais humana e busque o bem comum. Dessa forma, a Igreja constata que sua missão não é ir contra o mundo, mas no mundo “ardentemente anunciar o Evangelho a toda criatura e iluminar todos os homens com a claridade de Cristo que resplandece na face da Igreja” (CONCÍLIO VATICANO II, 1964, n. 1).

Assim sendo, a Igreja, por sua relação com o mundo, possui relação também com a política, mesmo não estando ligada a um sistema político determinado e nem se confundindo com a sociedade, mostra-se-a preocupada com a vocação pessoal e social dos seres humanos (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 76). Por isso, a Igreja, por meio da verdade evangélica,

prega ao mundo a justiça e a caridade, reconhecendo ao mesmo tempo em que a comunidade política existe visando o bem comum, realidade essa que leva a humanidade à perfeição (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 74). Mostra ainda aos políticos a forma de usar de sua autoridade para promover o bem comum, fomentando no coração dos cidadãos, principalmente dos políticos, por meio do Evangelho, os sentimentos interiores de justiça e benevolência (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 73).

No que concerne à Teologia do Domínio (TD), esta foi constituída em 1955 por Donald Anderson, nos Estados Unidos, a qual tem raízes no neopentecostalismo. Seu objetivo é “um plano de poder e seus defensores desejam o retorno de regimes autoritários e castradores das liberdades” (MEDEIROS E VIANNA, 2023, p. 1). Com isso, surge o pensamento de uma Batalha Espiritual, mostrando que no mundo existe uma guerra entre o bem e o mal e que este deve ser combatido por meio do “domínio cristão religioso” (PASSOS E SANCHEZ, 2024, p. 117) e assim, devem os cristãos “ocuparem postos de comando no mundo” (PASSOS E SANCHEZ, 2024, p. 117), assumindo os “Setes Montes” ou sete alvos sociais como retrata Medeiros e Vianna (2023).

Dessa maneira, a TD utiliza da Escritura para fundamentar o plano de domínio para “evitar o mal”, reconstruindo assim o mundo por meio dos setores sociais. Mas, “no convívio humano, a dominação ideológica proposta pela TD desconsidera a alteridade, apagando possibilidades de escolha subjetiva” (MEDEIROS E VIANNA, 2023, p. 12). Dessa maneira, essa teologia explicita uma política cristã que usa da moral para sustentar seu poder, tornando-se assim, na perspectiva católica, uma aterrorizante forma política, como afirma Ratzinger ao dizer que “o terror tenta legitimar-se, pelo menos em parte, pela moral” (2007, p. 72).

A presente pesquisa justifica-se principalmente por duas intenções. A primeira, a necessidade de mostrar que a Igreja se relaciona com o mundo político, o qual não deve ser menosprezado (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 43), mas compreendido como o meio para o bem comum e a busca pela perfeição da sociedade (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 74). A segunda é evidenciar a forma errônea de usar a Escritura para fazer uma política de domínio, chegando a entender a política como meio terrorista que usa da religião para se sustentar e por isso indaga Ratzinger, acerca da religião nesse mau uso, “Se o terrorismo se nutre também do fanatismo religioso – e o fato é esse – ainda podemos afirmar que a religião é um poder curador e salvador?” (2007, p. 73).

Este trabalho tem como referencial teórico os documentos do Concílio Vaticano II, principalmente a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), a qual é tomada como base para compreender a relação entre Igreja e política a partir do Magistério da Igreja Católica. Além

disso, obras que retratam a Teologia do Domínio ou Batalha Espiritual, a qual constrói uma incorreta imagem da relação entre a Igreja e a política; entre elas, as principais foram: *A dialética da secularização* de Jurgen Habermas e Joseph Ratzinger e *A salvação da pátria amada* de João Décio Passos e Wagner Lopes (Org.).

Finalmente, nota-se que esta pesquisa teve como principal objetivo apresentar a forma de relação entre Igreja e política a partir da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II, abordando no decorrer da pesquisa, além da relação, os pressupostos e objetivos da Teologia do Domínio (TD). Depois, realizou-se a diferença na relação da Igreja com a política da sua forma de pensar e a apresentada pela TD e, por último, fez-se uma apreciação crítica à Teologia do Domínio partindo da perspectiva conciliar sobre o modo como entende e se relaciona com a política.

1 A missão da igreja e a relação dela com a política segundo o Concílio Vaticano II

A cristandade, desde o início, por meio da ordem de Jesus Cristo aos apóstolos quando disse: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura” (BÍBLIA SAGRADA, 2012, Mc 16,15, p. 1344), buscou levar a Boa-Nova para todas as pessoas, sem exceção, desejando somente evangelizar o mundo, sendo este um único Povo de Deus, uma humanidade criada por e para Deus (CIgC, 2017, § 27). Sendo assim, nota-se desde os primórdios que a cristandade realiza o anúncio do Evangelho ao mundo, o *Kerygma-martyria*, um dos três deveres que formam a natureza íntima da Igreja (BENTO XVI, 2006, n. 25), sempre por meio da liberdade.

Desta forma, tendo conhecimento acerca do mandato de Cristo, a Igreja nos tempos atuais, por meio do Concílio Vaticano II, declara que a verdade do Evangelho deve ser anunciada a todos por meio do diálogo, tendo sempre a ajuda do Magistério da própria Igreja, levando sempre a Palavra de Deus por meio da e na liberdade, a qual deve ser buscada pelas pessoas de maneira livre, sem imposição, coerção, domínio. Afirma isso o Concílio Vaticano II quando diz:

A verdade deve ser buscada pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana e da sua natureza social, isto é, por meio de uma busca livre, com a ajuda do magistério ou ensino, da comunicação e do diálogo, uma vez conhecida esta, deve-se aderir a ela com um firme assentimento pessoal (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 3).

A partir disso, a Igreja, partindo sempre do respeito à dignidade da pessoa humana, deseja continuar o anúncio da Boa-Nova, porém, sempre através da liberdade, do diálogo e não do domínio, do poder para com o mundo e às pessoas. Assim, a relação da Igreja e a política é

antes de tudo, de diálogo, uma vez que com tantas mudanças, inovações e avanços no mundo, a Igreja reconhece a sua necessidade de ter uma comunicação com o mundo para compreender seus avanços constantes e assim continuar manifestando nele e a ele, o seu rosto, que parte da mensagem cristã que é o bem comum, o advento do Reino de Deus e a salvação de todo o gênero humano (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 43-45).

Com isso, percebe-se que a Igreja, consciente de sua missão, de levar a verdade evangélica pregando o bem comum, a unidade de todos e a salvação, não deseja relacionar-se com o mundo por meio de ações mecânicas ou despóticas (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 745), nem muito menos de forma totalitária ou ditatorial (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 75), mas tão somente por meio da liberdade e da verdade, no diálogo, buscando a equidade, a caridade, o bem de todos, indo sempre contra a injustiça e a opressão.

Para isso, a Igreja entende e procura, na hodiernidade, comunicar por meio do Evangelho, não a separação entre a fé e o mundo, não o divórcio entre as coisas celestes e as terrenas, mas pelo diálogo com o mundo, anela, com base no espírito evangélico, evidenciar a todos que devem cumprir os seus deveres morais e sociais, os quais também visam, como os atos de fé e culto, o bem comum, isto é, o bem do próximo, que, no fim, são deveres para com o outrem e com Deus mesmo.

Desta forma, a Igreja, nesse diálogo, buscando entender a realidade do mundo que se encontra em constante avanço, se empenha em manifestar ao mundo, através da mensagem cristã e num diálogo sincero, revelar e contribuir para que o bem comum aconteça, sem coerção, domínio e poderio (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 43), já que, na vida das comunidades religiosas, não se deve ter o dogmatismo e a coerção das consciências (RATZINGER, 2007).

Destarte, entende-se que a relação da Igreja e a política é de diálogo, sendo luz evangélica e não de separação, rivalidade, autoritarismo, mas de caridade recíproca, mostrando sempre que todos devem, na liberdade, cumprir o seu dever social, segundo suas responsabilidades, visando o bem comum, tentando assim a Igreja intervir sempre que necessário, para recordar também a liberdade e a responsabilidade política dos políticos e dos cidadãos em buscarem o bem comum, a justiça, a caridade por meio da verdade do Evangelho, da sã doutrina e do testemunho dos cristãos (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 75-76).

2 A Teologia do Domínio (TD)

Em contrapartida, a Teologia do Domínio (TD) que surge no século XX, fundamentando-se no Antigo Testamento, tomando como base doutrinal o trecho do Gênesis

que diz: “Então Deus disse: ‘façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra’” (BÍBLIA SAGRADA, 2012, Gn 1,26, p. 49).

A partir dessa passagem bíblica, os neopentecostais, por meio da TD, tentam “reconstruir a nação” (MEDEIROS E VIANNA, 2023), uma vez que, por causa do mandato de Deus, o ser humano tem que dominar tudo e todos, e para isso, deve se fazer presente em todos os lugares no mundo, nos “sete montes”, pois o dever do cristão é obedecer aos mandamentos, como também vencer a guerra, a Batalha Espiritual contra o demônio que se manifesta nesses lugares, os quais são: cultura, arte, educação, imprensa, negócios, política, família e religião.

Dessa maneira, a TD usa da Escritura para fundamentar sua ideologia de domínio, fazendo com que os pastores apontem como os seres humanos nesses sete montes devem “agir, se comportar e em quem votar” (MEDEIROS E VIANNA, 2023, p. 1). Com isso, identifica-se que aqueles que possuem na religião um lugar de grande influência, como os pastores, com a TD, ensinam e aplicam a ideologia de que todos os cristãos devem entrar na Batalha Espiritual contra o demônio que está no mundo, sendo um dos lugares, a própria política.

E, para que o mundo se salve e siga “verdadeiramente” os ensinamentos de Deus, é crucial para a TD que os cristãos ditam sempre como devem agir e o que devem ser, “ocupem os espaços por meio da evangelização, pela política representativa e, por vezes, pela violência” (CASARÕES, 2020, p. 3). Sendo assim, evidencia-se que, usando do Evangelho, naquilo que se remete ao domínio, ao poder de tudo e de todos, a TD utiliza da política como um instrumento de poder para propagar a sua ideologia, a qual ensina e exige que sigam suas ordens, suas normas para que sejam salvos e por isso, “é na política, contudo, que o projeto de poder dos grupos evangélicos se realiza” (CASARÕES, 2020, p. 5). Posto isso, a política para a TD é um meio para alcançar o poder sobre os outros, utilizando da fé, bem como é um alvo para “evangelizar”, visto que é uma forma da manifestação do demônio, do mal.

3 A relação entre igreja e a política apresentada pela *Gaudium et Spes* e sua diferença em relação a Teologia do Domínio

Diante do exposto, é fundamental apreender algumas das diferenças na relação da Igreja com a política apresentadas pela Igreja Católica e pela Teologia do Domínio. No que se refere ao pensamento da Igreja Católica, segundo o Concílio Vaticano II, a relação entre a Igreja e a política deve ser de diálogo sincero, iluminando, por meio da verdade do Evangelho, que se

visar por parte de todos, desde os políticos aos outros cidadãos, a busca e prática pelo bem comum (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 43). E, também, salvaguardar os direitos de cada pessoa, principalmente a liberdade, a justiça, a caridade, devendo a Igreja orientar os políticos, quando estes, utilizando de sua autoridade, assumirem formas ditatoriais e totalitárias para com as pessoas (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 73-75).

Não obstante, a Igreja deve, além do diálogo no e com o mundo, se fazer presente na comunidade política, para

Pregar com verdadeira liberdade a fé; ensinar a sua doutrina acerca da sociedade; exercer sem entraves a própria missão entre os homens; e pronunciar o seu juízo moral mesmo acerca das realidades políticas, sempre que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem e utilizando todos e só aqueles meios que são conformes com o Evangelho e, segundo a variedade dos tempos e circunstâncias, são para o bem de todos (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 76).

Assim, a Igreja, por meio do Evangelho, na liberdade, busca ser a luz no mundo, sendo na comunidade política como que um farol quando os direitos forem negados, mostrando sempre aos políticos e também aos cidadãos os seus deveres e direitos morais, os quais devem tender sempre ao bem comum (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 43). Assim sendo, a Igreja Católica anela pelo diálogo com o mundo, com a comunidade política, como meio eficaz e reto de fazer o bem, ajudando o mundo e recebendo dele muitas coisas, como a “ajuda daquele que, vivendo no mundo, conhecem bem o espírito e conteúdo das várias instituições e disciplinas, sejam eles crentes ou não” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 44), já que o mundo se transforma e avança constantemente e a Igreja necessita, para bem guiar a humanidade, conhecer esses avanços.

Com isso, a Igreja na política, além de dialogar, orientar, oferecer e receber ajuda, consegue realizar um grande outro papel, o de exigir que os políticos cumpram o seu papel para com a sociedade, sendo “essencial que as virtudes políticas sejam ‘cobradas’, mesmo que seja apenas em miúdos” (HABERMAS, 2007, p.34-35).

Ao contrário, a relação da Igreja com a política segundo a TD é mostrar o mundo como um lugar de guerra espiritual, espaço onde o mal tenta vencer o bem, pois existe uma “guerra incansável contra demônios que se manifestam na cultura e nas artes, na educação, na imprensa, nos negócios, na política, na família e na própria religião” (CASARÕES, 2020, p. 3). Sendo assim, a política para a Igreja é um lugar a ser tomado, a ser conquistado para reconstruir o mundo de acordo com a ideologia dominante (MEDEIROS E VIANNA, 2023), a qual instrumentaliza a Escritura para realizar a política, utilizando o Antigo Testamento para fundamentar um governo e regime autoritários (PASSOS E SANCHEZ, 2024), bem como usa

da fé das pessoas para gerar um poder autocrático, pois “a origem de um governo autocrático, na maioria das vezes, tem um viés religioso, no sentido implícito e/ou explícito” (PASSOS E SANCHEZ, 2024, p. 8).

A Igreja olha a política pela TD como algo a ser dominado, como um meio de poder para ditar as normas, onde o “líder salvador das grandes crises busca seus fundamentos em uma fonte superior, da qual retira os significados, os rumos e as regras de seu mandato, e cria leis que legitimam sua sanha autoritária, que submete seus seguidores” (PASSOS E SANCHEZ, 2024, p. 8). Leva assim, a Teologia do Domínio, a sua ideologia de que o mundo político é mal, está corrompido e precisa de pessoas que, como “cristãos”, levem a forma correta de ser e viver neste mundo, vencendo sempre o mal (MEDEIROS E VIANNA, 2023).

Desta maneira, a política, além de ser um monte a ser dominado pelo poder cristão, pelo “bem”, é tida pela TD como instrumento representativo desta ideologia da Batalha Espiritual, na qual todos devem se permitir ser guiados pelo Evangelho que, segundo este pensar, é dominador, Deus deve dominar por meio dos seus pastores que guiam a todos e tudo a seu modo, já que o Gênesis “parece sugerir uma recomendação do Deus bíblico para que o homem exerça uma dominação sobre tudo e todos” (MEDEIROS E VIANNA, 2023, p. 12).

Assim, não percebe-se nessa maneira de relação uma abertura à comunidade política, não se deseja a TD o bem comum no mundo político, nem o diálogo, nem dar e receber, apenas o poder, pois “o projeto de poder (neo) pentecostal se sustenta sobre dois pilares: a teologia da prosperidade e a teologia do domínio” (CASARÕES, 2020, p. 2), o domínio desde o pensar ao agir de todos (MEDEIROS E VIANNA, 2023), como também, não é um meio de na sociedade buscar mostrar segundo a verdade evangélica os direitos e deveres dos políticos e cidadãos, mas tão somente ditar as suas maneiras segundo sua ideologia cristã, visto que, existe “a elevação de sua ideologia religiosa ultraconservadora ao status de visão de mundo dominante na sociedade” (MEDEIROS E VIANNA, 2023, p. 6).

4 Apreciação crítica à relação da Teologia do Domínio com a política à luz da *Gaudium et Spes*

Perante o exposto, torna-se crucial, comparando as diferenças do pensar da Igreja Católica e da TD referente à relação da Igreja com a política, realizar uma crítica quanto à compreensão que a TD tem sobre esta relação. Essa crítica será composta de três pontos. O primeiro é a base da Teologia do Domínio que tem como plano o de poder, na qual “seus defensores desejam o retorno de regimes autoritários e castradores das liberdades, apresentando

pautas e estabelecendo regras, sem contestações” (MEDEIROS E VIANNA, 2023, p. 1), sendo a intenção fundamental da TD usar da política como um viés de domínio para construção do poder sobre os outros e não do diálogo, pelo qual a Igreja, através do Evangelho busca direcionar por meio da comunidade política, nos direitos e deveres dos cidadãos, para o bem comum (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 43) fazendo uso da própria liberdade cívica de cada pessoa (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 73) e não do domínio e autoritarismo (MEDEIROS E VIANNA, 2023).

O segundo ponto é a instrumentalização da Sagrada Escritura, da fé para propor sua ideologia de poder, dado que, “uma das estratégias usadas por esses grupos é a apropriação da fé cristã em prol de instrumentalizar sua ideologia, atribuindo poderes ilimitados a pastores” (MEDEIROS E VIANNA, 2023, p. 1). Assim sendo, a TD usa a Bíblia para se fundamentar, gerando na política os “donos do poder” (MEDEIROS E VIANNA, 2023), os pastores, os quais elaboram seus discursos ideológicos, autoritários e dominantes. Deste modo, a TD, instrumentalizando a Sagrada Escritura, acaba caindo numa leitura fundamentalista, a qual diz que a Bíblia “deve ser lida e interpretada literalmente em todos os seus detalhes” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 2010, p. 82). Com isso, a Igreja, realizando uma diferente interpretação hermenêutica da Bíblia, afirma e mostra que não se lê com fundamentalismo a Sagrada Escritura, mas com regras hermenêuticas, as quais são:

[...] dispor-se sinceramente à escuta obediente e orante da Palavra; - situar o texto no contexto histórico e também no contexto maior do cânon, do qual Cristo é o ápice; - fixar primeiro o sentido *textual* e depois desdobrar a partir daí o sentido *atual*, para hoje, finalizando sempre a leitura da Bíblia na prática do *ágape*; - levar em conta a *Igreja*: a comunhão com toda ela, com sua tradição posterior e com seu Magistério (BOFF, 2012, p. 229).

Desta forma, a Igreja Católica exerce sua hermenêutica bíblica com passos a serem seguidos, contando com a Sagrada Escritura, a Tradição e o Magistério para bem compreender a Revelação de Deus. Assim, evita-se a leitura literal e instrumentalização ideológica da Escritura, como realiza a TD com o livro do Gênesis (1,26), defendendo que Deus pede a dominação de tudo e de todos (MEDEIROS E VIANNA, 2023), fazendo com que a religião protestante domine na luta contra o mal, o qual também se encontra na política e na religião, resultando numa realidade do passado, onde “a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural” (SOARES, 2024, p. 59), realidade essa que na perspectiva conciliar não é de domínio da Igreja pela política, mas o diálogo sincero para a construção e vivência do bem comum (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 43-44).

O terceiro e último ponto é a exclusão social que a TD provoca com sua ideologia dominante, pois na tentativa de reconstruir o mundo, neste caso pela política, fazendo com que o bem vença o mal, os pastores ou “o líder salvador da pátria segue um roteiro divinizado” (PASSOS E SANCHEZ, 2024, p. 9), fazendo uso da Sagrada Escritura para “de uma onipotência retirar sua prepotência” (PASSOS E SANCHEZ, 2024, p. 9). Eles começam a ditar como viver, ser e agir, no que crer, sendo um dominador das mentes e do viver das pessoas, tendo discursos como “uma nação cujo Deus é Senhor” (CUNHA, 2024, p. 119).

Assim, aqueles que não seguem os discursos são excluídos, uma vez que esses discursos ditatoriais são aplicados “dentro das próprias igrejas, com ações de discriminação, exclusão, expurgos e perseguições aos fiéis das igrejas e outros grupos religiosos, a pessoas identificadas como não alinhadas” (CUNHA, 2024, p. 123-124) e, por isso, as pessoas que não seguem as ideologias propostas pela TD utilizando o meio político são excluídas, “são rejeitados em aspectos diversos, podendo essa exclusão ser no aspecto físico, geográfico, material, espiritual, de valores e de cultura” (MEDEIROS E VIANNA, 2023, p. 17).

Com isso, forma-se uma realidade de proselitismo neopentecostal por meio da política no mundo. Percebe-se neste ponto da exclusão uma realidade contraditória à Bíblia, dado que Jesus não ensinou ou ordenou que alguns seres humanos dominassem os outros, impondo-lhes a fé, uma vez que fere a dignidade da pessoa humana, a sua liberdade, mas deu a todos “o direito à liberdade religiosa que se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 2), sendo este o olhar da Igreja Católica, a liberdade de cada ser humano.

Considerações finais

Diante do exposto, tendo sido apresentada a relação entre Igreja e política partindo de uma visão conciliar por meio da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, chega-se a alguns pontos conclusivos tendo em contrapartida o olhar da Teologia do Domínio (TD) nessa mesma relação. O primeiro é que o Concílio Vaticano II, ao contrário da TD, ensina que o objetivo da política deve ser o mesmo da Igreja, o bem comum (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 73), bem como deve a Igreja estar em diálogo com a comunidade política, sem nenhuma ligação “a qualquer sistema político determinado” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 76), mas somente iluminando os políticos por meio do Evangelho para salvaguardar os direitos e deveres dos cidadãos, visando tanto a Igreja quanto a política, “a vocação pessoal e social dos seres

humanos” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 76) e não a Igreja usar da política para o domínio/autoritarismo (PASSOS E SANCHEZ, 2024, p. 8).

Um segundo ponto conclusivo é que a Escritura não deve ser instrumentalizada para realizar uma política de domínio sobre os outros (PASSOS E SANCHEZ, 2024, p. 8), tirando-lhes a liberdade, pois “todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 2), isto é, livre para escolher qual crença/credo irá seguir ou não. Deste modo, a relação da Igreja com a política não é fazer uso ideológico e fundamentalista da Bíblia para dominar, mas pregar o Evangelho e iluminar pela verdade evangélica e por sua doutrina que todos devem “respeitar e promover também a liberdade e responsabilidade políticas dos cidadãos” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 76), onde a Igreja, unida à política, guiando-a, preza sempre pela liberdade humana e religiosa, como ensina a declaração conciliar *Dignitatis Humanae*.

O penúltimo ponto conclusivo é perceber que a Igreja deve promover uma relação de contribuição com os políticos, naquilo que visa o bem de todos (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 76), ou seja, a perfeição do ser humano e não o uso dos lugares de fala para criar uma ideologia dominante usando as Escrituras. Por fim, o último ponto é ver que a Igreja relaciona-se com a política para mostrar, quando necessário, a natureza verdadeira da comunidade política (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n. 73), a qual deve usar da autoridade para o bem comum, oferecendo a todos os seus direitos e deveres políticos para que, cumprindo, alcancem a sua perfeição e não dividir as coisas celestes das realidades terrenas.

Referências

BENTO XVI. *Carta Encíclica Deus Caritas Est*. São Paulo: Paulinas, 2006.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2012.

BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CASARÕES, Guilherme. Religião e Poder: a Ascensão de um Projeto de “Nação Evangélica” no Brasil? *Interesse Nacional*, São Paulo, n. 49, p. 9-16, abril/jun. 2020.

CATECISMO da Igreja Católica. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2017.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. Vaticano: 1964. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 25 ago. 2024.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. Vaticano: 1965. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 20 ago. 2024.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. *Declaração Conciliar Dignitatis Humanae*. Vaticano: 1965. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html. Acesso em: 05 ago. 2025.

CUNHA, Magali. Anos inquietantes: O processo de consolidação da direita evangélica no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (org.) *A salvação da pátria amada: Religião e extrema direita no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2024.

HABERMAS, Jurgen; RATZINGER, Joseph. *Dialética da Secularização: Sobre razão e religião*. Florian Schuller (Org.); Tradução de Alfred J. Keller. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007.

MEDEIROS, Renata Gomes de; VIANNA, José Henrique Lobato. *A teologia do domínio e alguns dos seus desdobramentos psicológicos, sociais e políticos no Brasil*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso – Psicologia, Universidade de Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 2023.

PALÁCIO, Carlos. *Deslocamentos da teologia, mutações do cristianismo: a teologia aos 40 anos do Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2001.

PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (org.) *A salvação da pátria amada: Religião e extrema direita no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2024.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia Sagrada*. 9ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SESBOUÉ, Bernard; THEOBALD, Christoph. *História dos dogmas: A palavra da salvação (séculos XVIII-XX)*. Tradução de Aldo Vannucchi. São Paulo: Loyola, 2006, v. 4.

SOARES, Jorge Miguel Acosta. A Igreja Católica e o governo Vargas: Colaboração nascida de uma identidade programática. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (org.) *A salvação da pátria amada: Religião e extrema direita no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2024.

Recebido em: 19/11/2025

Aprovado em: 05/12/2025